

## Democracia semidireta

### Resumo

---

#### O que é democracia ?

A palavra democracia tem origem no grego *demokratía*, que é composta por *demos* (que significa povo) e *kratos* (que significa poder). Neste sistema político, o poder é exercido pelo povo através do sufrágio universal. É um tipo de governo em que todas as importantes decisões políticas estão nas mãos do povo, que elegem seus representantes por meio do voto. A democracia é um regime de governo que pode existir no sistema presidencialista, onde o presidente é o maior representante do povo, ou no sistema parlamentarista, onde existe a figura do primeiro ministro, que toma as principais decisões políticas.

Uma das principais funções da democracia é a proteção dos direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão, de religião, a proteção legal, e as oportunidades de participação na vida política, econômica, e cultural da sociedade. A Grécia Antiga foi o berço da democracia, onde principalmente em Atenas o governo era exercido por todos os homens livres. Naquela época, os indivíduos eram eleitos ou eram feitos sorteios para os diferentes cargos. Na democracia ateniense, existiam assembleias populares, onde eram apresentadas propostas, sendo que os cidadãos livres podiam votar. Existem dois tipos principais de democracia, notadamente: Democracia direta ou pura e democracia indireta ou representativa.

#### Democracia direta

A democracia direta é o sistema político no qual a sociedade toma as suas decisões de maneira direta, ou seja, sem precisar do intermédio de representantes. Esse era o tipo de democracia que vigorava, por exemplo, em Atenas na Antiguidade Grega, onde todos os que eram considerados cidadãos tinham o direito de participar do processo de tomada de decisões. A *Ágora* era o lugar no qual os debates políticos eram realizados entre os cidadãos. Vale lembrar, no entanto, que nem todas as pessoas eram consideradas cidadãs na antiguidade grega. Por exemplo: Mulheres, escravos, estrangeiros, estavam todos excluídos do processo político.

#### Democracia indireta ou representativa

Já a democracia indireta ou representativa é o sistema político no qual o povo exprime sua vontade elegendo representantes, os quais tomam as decisões políticas em nome deles. Neste último tipo de democracia, portanto, a sociedade não participa diretamente do processo de tomada de decisões, o que fica a cargo dos representantes eleitos pelo voto popular. No Ocidente, o conceito moderno de democracia política é justamente o de democracia representativa, no qual uma pessoa ou grupo são eleitos representantes e são organizados, em geral, em instituições como o Parlamento, Câmara, Congresso, e etc...

#### Democracia semidireta

A democracia semidireta tem esse nome porque, de um lado, possui um caráter representativo, no sentido de que as pessoas elegem os seus representantes e, de outro lado, há alguns institutos que possibilitam uma participação direta dos representados em alguns casos específicos e esporádicos. Esses institutos são o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, o veto popular, entre outros.

O plebiscito é uma consulta prévia feita ao povo para que ele manifeste sua opinião sobre uma determinada medida ou lei a ser adotada pelo governo. Já o referendo é um instituto da democracia semidireta no qual a coletividade pode dar sua opinião sobre uma medida já tomada pelos governantes. Nesse sentido, o referendo é a ratificação popular de algo que já está feito. A iniciativa popular, por sua vez,

é um instrumento utilizado na democracia direta ou semidireta a partir do qual a coletividade pode apresentar projetos de lei. Dessa maneira, determinados projetos de lei podem tramitar e serem aprovados na medida em que uma grande quantidade de pessoas os apoie. Por fim, o veto popular é um instrumento democrático utilizado no sentido de impedir uma determinada medida governamental. No Brasil, por exemplo, a Constituição de 1988 atribui a tarefa de veto tão somente aos chefes do poder executivo, como, por exemplo, o presidente da República.

## Exercícios

---

1. Segundo Robert Dahl, a democracia necessita de certas condições para que a sua existência seja plena. Das alternativas relacionadas, marque a que NÃO se enquadra como um componente pertinente à democracia:
- a) Liberdade de criar e de se associar a organizações.
  - b) Direito de voto.
  - c) Criação de espaços destinados à participação política dos cidadãos.
  - d) Privilégios políticos a famílias de linhagem nobre.
2. A democracia deliberativa afirma que as partes do conflito político devem deliberar entre si e, por meio de argumentação razoável, tentar chegar a um acordo sobre as políticas que seja satisfatório para todos. A democracia ativista desconfia das exortações à deliberação por acreditar que, no mundo real da política, onde as desigualdades estruturais influenciam procedimentos e resultados, processos democráticos que parecem cumprir as normas de deliberação geralmente tendem a beneficiar os agentes mais poderosos. Ela recomenda, portanto, que aqueles que se preocupam com a promoção de mais justiça devem realizar principalmente a atividade de oposição crítica, em vez de tentar chegar a um acordo com quem sustenta estruturas de poder existentes ou delas se beneficia.
- YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, jan.-abr. 2014.

As concepções de democracia deliberativa e de democracia ativista apresentadas no texto tratam como imprescindíveis, respectivamente:

- a) a decisão da maioria e a uniformização de direitos.
- b) a organização de eleições e o movimento anarquista.
- c) a obtenção do consenso e a mobilização das minorias.
- d) a fragmentação da participação e a desobediência civil.
- e) a imposição de resistência e o monitoramento da liberdade.

3. O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

VITALE, D. Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa. Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, 2006 (adaptado).

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a):

- a) participação direta periódica do cidadão.
- b) debate livre e racional entre cidadãos e Estado.
- c) interlocução entre os poderes governamentais.
- d) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.
- e) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

## 4. Maravilha!

Pode-se parafrasear Winston Churchill e dizer da democracia o mesmo que se diz da velhice, que, por mais lamentável que seja, é melhor que sua alternativa. A única alternativa para a velhice é a morte. Já as alternativas para a democracia são várias, uma pior do que a outra. É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa. Resista. [...] Diante disso, em vez de “que chateação”, pense “que maravilha!”. É a democracia em ação, com seus grotescos e tudo. Saboreie, saboreie.

O processo, incrivelmente, se autodepura, sobrevive aos seus absurdos e dá certo. Ou dá errado, mas pelo menos de erro em erro vamos ganhando a prática. Mesmo o que impaciente é aproveitável, e votos inconsequentes acabam consequentes. O Tiririca, não sei, mas o Romário não deu um bom deputado? Vocações políticas às vezes aparecem em quem menos se espera. E é melhor o cara poder dizer a bobagem que quiser na TV do que viver num país em que é obrigado a cuidar do que diz. Melhor ele pedir voto porque é torcedor do Flamengo ou bom filho do que ter sua perspectiva de vida decidida numa ordem do dia de quartel. Melhor você ser manipulado por marqueteiros políticos, com direito a desacreditá-los, do que pela propaganda oficial e incontestável de um poder ditatorial. [...]

Certo, às vezes as alternativas para a democracia parecem tentadoras. Ah, bons tempos em que o colégio eleitoral era minimalista: tinha um só eleitor. O general da Presidência escolhia o general que lhe sucederia, e ninguém pedia o nosso palpite. Era um processo rápido e ascético que não sujava as ruas. A escolha do poder nas monarquias absolutas também é simples e sumária, e o eleitor do rei também é um só, Deus, que também não se interessa pela nossa opinião. Ou podemos nos imaginar na Roma de Cícero, governados por uma casta de nobres, sem nenhuma obrigação cívica salvo a de aplaudi-los no fórum, só cuidando para não parecer ironia.

A democracia é melhor. Mesmo que, como no caso do Brasil das alianças esquisitas, os partidos coligados em disputa lembrem uma salada mista, e ninguém saiba ao certo quem representa o quê. E onde, com o poder econômico mandando e desmandando, a atividade política termine parecendo apenas uma pantomima. Não importa, não deixa de ser – comparada com o que já foi – uma maravilha.

Ao fazer o elogio à democracia, o autor aponta, também, defeitos do regime. Tendo isso em vista, considere as seguintes afirmativas:

1. A democracia apresenta grandes incoerências internas.
2. O sistema econômico tem grande poder sobre as decisões.
3. O regime democrático tem, na sua contraparte, muitas alternativas.
4. As articulações entre os partidos são pouco claras, dada sua indefinição.

Comprovam a afirmação de que o autor tanto elogia quanto critica o regime democrático as afirmativas:

- a) 1 e 4 apenas.
- b) 1 e 3 apenas.
- c) 2 e 3 apenas.
- d) 2, 3 e 4 apenas.
- e) 1, 2 e 4 apenas.

5. Até meados de 1970, mais de dois terços de todas as sociedades do mundo poderiam ser consideradas autoritárias. Atualmente menos de um terço das sociedades é de natureza autoritária. A democracia não está mais concentrada nos países ocidentais, ela agora é defendida, ao menos em princípio, em muitas regiões do mundo.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Um exemplo de situação vivenciada em países democráticos é

- a) a disseminação das expressões artísticas, literárias e musicais, para que a população se adeque às estratificações sociais.
- b) a possibilidade de consulta popular, em forma de plebiscito, para que o povo expresse suas opiniões a respeito de uma questão específica.
- c) a redução de oportunidades, para que o cidadão possa intervir em aspectos da vida pública, junto com o Governo.
- d) a concentração de riquezas nas mãos do Estado, para que o governo possa aumentar as igualdades sociais.
- e) o grande número de partidos políticos, para que os políticos usem, de forma ilimitada, o poder.

6. A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas em nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou "treinamento social" precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e as qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria democrática participativa é, portanto, educativa.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Nessa teoria, a associação entre participação e educação tem como fundamento a

- a) ascensão das camadas populares.
  - b) organização do sistema partidário.
  - c) eficiência da gestão pública.
  - d) ampliação da cidadania ativa.
  - e) legitimidade do processo legislativo.
7. Nesse tipo de democracia o povo participa diretamente, propondo, aprovando ou autorizando a elaboração de uma lei ou a tomada de uma decisão relevante pelo Estado. A atuação do povo não é exclusiva, pois age em conjunto com os representantes eleitos, que vão discutir, elaborar ou aprovar a lei. O texto faz referências a
- a) Democracia Direta.
  - b) Democracia Representativa.
  - c) Democracia Semidireta.
  - d) Democracia Moderna.
  - e) Democracia Pura.

8. “Na regulação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, os currículos da educação pública, o status das Igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas pública e privada — em tudo isso reflete-se amiúde apenas o autoentendimento ético-político de uma cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras, implicitamente repressivas, mesmo dentro de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito cultural movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.”

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança:

- a) A secessão, pela qual a minoria discriminada obteria a igualdade de direitos na condição da sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
  - b) A reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
  - c) A coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de autoentendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
  - d) A autonomia dos indivíduos que, ao chegarem à vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
  - e) O desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.
9. Os debates atuais sobre a legitimidade do poder político ocupam lugar de destaque na agenda internacional contemporânea. Alguns críticos da democracia liberal burguesa afirmam que esta modalidade de governo está em crise e precisa, urgentemente, incorporar novos mecanismos para dotar o poder de maior representatividade.

Nesse sentido, novas experiências têm sido sugeridas, dentre as quais é correto apontar

- a) a república presidencialista.
- b) a república parlamentarista.
- c) a democracia deliberativa.
- d) a democracia representativa.
- e) a monarquia parlamentarista.

10.



Democracia: "regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos."

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta "vacina" contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo:

- a) Impedir a contratação de familiares para o serviço público.
- b) Reduzir a ação das instituições constitucionais.
- c) Combater a distribuição equilibrada de poder.
- d) Evitar a escolha de governantes autoritários.
- e) Restringir a atuação do Parlamento.



## Gabarito

---

1. **D**

Na democracia não há espaço para privilégios relativos à manutenção do poder por hereditariedade, sendo o exercício do governo de responsabilidade de representantes selecionados por meio de eleições, da qual podem disputar virtualmente todos os cidadãos membros da sociedade em questão.

2. **C**

A democracia é conhecida como uma forma de governo em que o povo é detentor do poder. A democracia deliberativa foi criada por Habermas em que o debate público deveria ser feito para gerar um consenso sobre o melhor discurso (agir comunicativo), enquanto a democracia ativista busca uma mobilização social para que os indivíduos alcancem os seus direitos.

3. **B**

O filósofo Habermas que defendia o "agir comunicativo", a fim de que os indivíduos busquem seus objetivos pessoais, respeitando a condição de que podem conciliar suas ações de acordo com bases de uma definição comum. Dessa maneira, o debate público visa a conciliação dos direitos, a partir da coerção do melhor argumento.

4. **E**

O autor ressalta a ambiguidade da democracia, que, ao mesmo tempo que trás liberdade de expressão e decisão elege políticos e criam partidos sem representatividade. A democracia é, para o autor, a única alternativa bem sucedida, ainda que não a ideal.  
Por isso, a afirmativa 3 é a única falsa, pois não traz um elogio ao sistema.

5. **B**

A democracia corresponde ao governo do povo. Ele pode participar do processo decisório tanto na eleição de seus representantes, quanto de forma direta, em referendos ou plebiscitos.

6. **D**

A participação na democracia está intimamente vinculada ao exercício da cidadania. Nesse sentido é que a democracia participativa tende a garantir uma cidadania mais ativa do que outras formas de organização, como a democracia representativa.

7. **C**

Esta forma democrática busca atualizar para os dias atuais a experiência original da Democracia, comum, por exemplo, na Grécia Antiga.  
Como se trata de uma tentativa de atualização da forma democrática, não há somente a participação direta dos cidadãos, mas também a presença e a participação de representantes, pessoas que são eleitas pelos cidadãos como políticos profissionais.  
Esta mistura destas duas formas de sistema democrático é conhecido como sistema semidireto.

8. **B**

Habermas é um autor extremamente importante para a compreensão da democracia na contemporaneidade. Seu teoria do agir comunicativo, onde defende a vivência democrática embasada

no diálogo comum, o põe em evidência. Quando a questão fala das minorias necessariamente ela trata da questão da diversidade cultural ou identitária, um país democrático é aquele que dá voz e vez a todos sem que esses precisem abandonar seus grupos e identidades para ter representatividade pública.

**9. C**

Os defensores da Democracia deliberativa argumentam que o real sentido da palavra democracia foi esvaziado ao longo dos tempos e essa foi reduzida a mera escolha de dirigentes, sem participação efetiva da sociedade civil organizada na administração de seus respectivos governos eleitos. Assim é proposto um regime onde se pretende que existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil sob a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também estendendo a democracia para o esfera social. Nesse modelo a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social, conferem um reordenamento na lógica de poder político tradicional.

**10. D**

A democracia representa um “regime político em que a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto de cidadãos”. Dessa maneira, ela é associada à charge como uma vacina perfeita contra o despotismo, pois assinala a importância da manutenção de direitos políticos a todos os cidadãos.